

REVISTA DE HISTÓRIA DAS IDEIAS 6

REVOLTAS e REVOLUÇÕES

*



INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS

COIMBRA 1984

çalo de Oliveira que abordou «A Medicina na Europa no séc. XVIII e o Contributo de Ribeiro Sanches para a Reforma do Ensino Médico Português»; e por fim o Dr. Manuel Cadafaz de Matos que falou sobre «O Contributo ao Estudo dos Componentes Etnográfico e Artístico em Ribeiro Sanches». No encerramento do colóquio o Prof. Doutor Luís Reis Torgal, membro da direcção da Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII, expôs algumas ideias sobre o binómio castiços/estrangeirados na cultura portuguesa e fez uma síntese dos trabalhos apresentados.

COLÓQUIO INTERNACIONAL
«O SÉCULO XVIII E O BRASIL» *

Celebrando o Centenário da Morte de Diderot, realizou-se em Brasília, nos dias 4 a 7 de Junho de 1984, por iniciativa de um pequeno grupo de historiadores — Estêvão de Rezende Martins (Universidade de Brasília), Heloísa Liberalli Bellotto (Universidade de São Paulo) e sobretudo Leopoldo Collor Jobim (Fundação Pró-Memória) — o colóquio internacional «O século XVIII e o Brasil».

Um dos aspectos mais interessantes desta realização — que deveria ter tido como cenário uma das cidadezinhas setecentistas do interior de Minas e não a ultramoderna Brasília — foi o seu carácter vivo e pouco académico. Contrariamente a muitos congressos e colóquios em que tenho participado, houve lugar para discussão. As comunicações não se seguiram rotineiramente, mas foram acompanhadas por amplo, e por vezes polémico, debate. De resto, realizaram-se também informais mesas-redondas sobre variados temas — «Acção e pensamento económico setecentista», «Judeus, cristãos-novos e Ilustração», «Filosofia», «Artes» — que suscitaram uma frutuosa troca de impressões e de experiências de investigação.

A representação brasileira era obviamente a mais numerosa, se bem que se verificassem algumas ausências significativas. Entre os presentes, permita-se-nos destacar, pelo conhecimento que já tínhamos dos seus trabalhos ou pelo interesse das comunicações que lhes ouvimos (infelizmente não pude-

* Aproveito a ocasião para agradecer ao Instituto de Cultura e Língua Portuguesa o apoio que me concedeu, sem o qual não teria sido possível a minha presença neste colóquio.

mos assistir a todas), os nomes de Fernando Novais (o autor da obra, já clássica, *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial*), Anita Novinsky (historiadora dos problemas da Inquisição e dos cristãos-novos), José Jobson Arruda (que realizou uma importante investigação sobre o comércio português dos finais do século XVIII, cuja publicação em Portugal se prevê para próximo), Maria Luiza Marcílio (especialista em demografia histórica), Julita Scarano (a quem ouvimos interessantes reflexões sobre a problemática eclesiástica e religiosa brasileira), Myriam Ribeiro de Oliveira (a quem se deveu um sugestivo painel sobre a arte brasileira setecentista), Estêvão Rezende Martins (que nos deu uma panorâmica sobre a filosofia brasileira do século XVIII). Mas, para além da representação brasileira, estiveram presentes alguns estrangeiros, justificando assim a designação de «internacional» que foi conferida ao colóquio.

Dos Estados Unidos veio o luso-americano Manoel Cardozo, da Universidade Católica de Washington, e Stuart Schwartz, professor da Universidade de Minnesota e especialista de temas da América Latina (é autor, entre outras obras do livro *Burocracia e sociedade no Brasil Colonial*). Deveu-se a este investigador a conferência mais discutida no colóquio — «A formação da identidade brasileira». É certo que é arriscado para um estrangeiro falar de uma temática tão sensível, mas cremos que houve um certo exagero em algumas críticas de que foi alvo a séria e interessante comunicação do Prof. Schwartz. Tal polémica, que se verificou logo no primeiro dia do colóquio, teve, porém, a virtude de lhe trazer uma animação nunca depois alcançada e de proporcionar a equacionamento dos complexos problemas sociopolíticos que o tema sugeria.

De França veio um dos grandes nomes da sua historiografia — Michel Vovelle, da *Société d'Étude du XVIII^e Siècle* e que é actualmente o secretário da comissão organizadora do bicentenário da Revolução Francesa. A sua intervenção suscitou o maior interesse, de modo que foi convidado a realizar uma outra sessão, informal, que originou um proveitoso debate de ideias sobre as novas concepções e os actuais métodos da história.

A representação estrangeira mais numerosa foi a portuguesa (se é que nos podemos considerar «estrangeiros» em relação ao Brasil). Compunham-na elementos da Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII, que procurou estabelecer as mais íntimas relações com a Sociedade Brasileira congénere, criada no último dia do colóquio. Estiveram presentes o seu Presidente Joel Serrão, a sua Secretária, Maria

Helena Carvalho dos Santos (que participou também na qualidade de Secretária de Estado Adjunta do Ministério da Educação), e eu próprio. Manuel Augusto Rodrigues, que pertence igualmente à mesma Sociedade e que iria apresentar uma comunicação sobre o Reitor-Reformador da Universidade pom-balina, o brasileiro por nascimento D. Francisco de Lemos, não pôde estar presente por motivos profissionais. Mas foi pena que, para além destes elementos, não tivessem participado alguns dos grandes nomes da historiografia portuguesa que desde longa data se dedicam ao estudo do século XVIII.

«O Brasil e Portugal no século XVIII» — foi o tema da conferência do Professor Joel Serrão, a quem foi concedida a honra de encerrar o colóquio. Apresentando um conjunto de pertinentes reflexões sobre as relações entre Portugal e o Brasil, abriu caminho a diversas hipóteses de pesquisa comum. Creio, aliás, que terá sido esta promessa de reforço das relações luso-brasileiras um dos aspectos mais interessantes do colóquio. Esperemos, assim, que se quebre a distância do Oceano, e sobretudo dos homens, e que de novo os dois países se liguem de forma estável e fecunda através de um dinâmico intercâmbio científico. Para tal terão de concorrer não só a vontade dos historiadores, e de estudiosos de outras áreas, mas também os organismos oficiais e as instituições de cultura de Portugal e do Brasil, alguns dos quais deram a este colóquio um importante apoio. Os seus Ministérios de Educação e Cultura, o Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, a Fundação Nacional Pró-Memória, a Fundação Calouste Gulbenkian, a Fundação Cultural Brasil-Portugal, os Gabinetes de Leitura portugueses do Brasil, as várias Universidades terão o papel de desenvolver o que, por ora, ficou tão só esboçado.

*

No âmbito das relações da historiografia portuguesa com a historiografia brasileira, que urge estreitar, apresentei no Colóquio a seguinte proposta de trabalho:

A UNIVERSIDADE COMO ESPAÇO DE RELAÇÕES CULTURAIS
ENTRE PORTUGAL E O BRASIL

*Um vector de pesquisa no contexto de um projecto
de investigação da Universidade de Coimbra*

1. Não tendo podido preparar uma comunicação — fui informado da minha vinda há pouco mais de uma semana — gostaria, no entanto, nestes minutos que me concederam, de vos expor o sentido de um projecto de investigação em que me encontro a trabalhar e que toca de perto a realidade brasileira.

Trata-se do projecto subsidiado pela Reitoria da minha Universidade e que tem em conta o seu próximo 7.º Centenário, em 1990, cujo tema é *A Universidade de Coimbra, da Reforma Pombalina à Primeira República. Sociedade, Política e Cultura*. Nele participo com o Prof. Manuel Augusto Rodrigues, director do Arquivo da Universidade e Professor da Faculdade de Letras, e com o Dr. Fernando Taveira, Assistente da mesma Escola.

Estudar hoje a Universidade, nesse período fundamental de 1772 a 1910, é naturalmente um trabalho complexo, pois supõe a análise da realidade económica, social, institucional, política, cultural e mental da Escola de Coimbra, do país, e até dos complexos histórico-geográficos europeu e atlântico. Implica o conhecimento da evolução demográfica e da evolução urbana, a interpretação das alterações numéricas de matrículas de estudantes, a detecção das suas condições económico-sociais e da sua integração na vida do país, a percepção dos mecanismos institucionais da Escola e das suas relações com o Poder, o estudo do debate entre uma cidade tradicionalmente universitária e outros sectores em busca de novos vectores culturais, a análise das correntes de cultura que foram adoptadas e rejeitadas no ensino... Só poderá realizar-se — em termos verdadeiramente novos — numa perspectiva pluridisciplinar e interdisciplinar. Daí termos juntado neste projecto três investigadores de três áreas diferentes, mas complementares — a área económico-social, a área política e institucional, e a área religiosa, cultural e mental.

Mas primeiro que tudo há que coligir as fontes e a bibliografia (tantas vezes importantes artigos escondidos em revistas). É essencialmente nessa fase em que nos encontramos. Com o apoio de uma técnica-superior, a Dr.^a Maria do Rosário Azenha, estamos a percorrer todas as bibliotecas e arquivos para podermos elaborar um catálogo, se não com-

pleto, que contenha ao menos a grande maioria dos elementos necessários a um estudo profundo sobre o tema. Começo, pois, por pedir a vossa ajuda, solicitando que nos comuniquem títulos de obras ou fundos documentais que se possam relacionar, directa ou indirectamente, com o tema. Assim aconteceu com o Prof. Vamireh Chacon, a quem publicamente agradeço, que teve a amabilidade de me enviar o volume, publicado em 1977 pelo Centro de Documentação e Informação de Brasília, *Criação dos Cursos Jurídicos no Brasil*.

2. É que o Brasil está profundamente ligado à Universidade portuguesa. E, no período que é objecto do nosso estudo, está-o em particular nas últimas décadas do século XVIII e nas primeiras do século XIX. Não é por acaso que quando se discute a fundação de uma Universidade, ou de Universidades, em terras brasileiras, nos debates da Assembleia Constituinte de 1823, surge um Projecto de Lei assinado por Martin Francisco Ribeiro d'Andrada, António Rodrigues Veloso d'Oliveira, Belchior Pinheiro d'Oliveira, António Gonçalves Gomide e Manuel Jacinto Nogueira da Gama, alguns dos quais foram alunos na Universidade de Coimbra, que, pretendendo criar desde logo um curso jurídico na cidade de São Paulo — no âmbito de um projecto mais vasto de fundação de duas Universidades, uma em São Paulo outra em Olinda —, admitia que ele se governaria «provisoriamente pelos estatutos da Universidade de Coimbra». Aliás, o interesse preferencial que o Brasil demonstrou pelos estudos de direito — para além de se justificar então em motivos de reorganização administrativa — parece continuar um vício característico de Portugal, que consistia em sobrevalorizar a cultura jurídica frente a uma preparação técnica. No meu país bem clamavam os liberais mais avançados (e não só eles) contra esse «juridismo», mas sem grandes consequências.

Torna-se, por isso, necessário conhecer a formação dos políticos brasileiros para melhor entender a sua actuação. E essa formação, nos primeiros tempos da independência, ou na sua fase preparatória, radicava-se sobretudo em Coimbra. Lembremos, por exemplo, o caso de Tomás António Gonzaga ou recordemos que os mais prestigiados deputados do Brasil que, nas Cortes Constituintes portuguesas, tiveram um papel fundamental em defesa da independência do seu país — Cipriano José Barata de Almeida, Domingos Borges de Barros, Pedro Araújo Lima, Francisco Vilela Barbosa, António Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva — cursaram a nossa Universidade. O trabalho publicado em 1949 por Francisco Moraes na revista *Brasília* prova, de resto, que era apreciável o

número de estudantes brasileiros na Universidade de Coimbra. Mas importa verificar através desse tão importante estudo — e de outras pesquisas complementares que estão já a ser efectuadas no Arquivo da Universidade, por orientação do Prof. Manuel Rodrigues — se existe qualquer relação entre a variação numérica das matrículas e os acontecimentos que ocorreram nos dois países. Numa breve análise pode verificar-se, por exemplo, que no ano de 1773, imediato à reforma pombalina, se nota um sensível aumento de matrículas de brasileiros e que, em 1820, o número de naturais do Brasil que fizeram a 1.^a inscrição atingiu a cifra relativamente elevada de 51, declinando nos anos seguintes, sobretudo a partir de 1823. Será isso resultado das conjunturas políticas e administrativas então verificadas?

O significado dos brasileiros na vida cultural e política portuguesa merecerá obviamente um estudo atento. O Professor Pedro Calmon, num artigo do número especial da *Revista de História das Ideias* dedicada ao Marquês de Pombal, que eu próprio coordenei em colaboração com Isabel Vargas, chamou a atenção para o significado que os brasileiros tiveram na Reforma da Universidade de 1772. O brasileiro por naturalidade D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, Reitor-Reformador da Universidade nomeado pelo monarca D. José, foi o seu braço direito na reforma da Escola e terá tido um papel directo na reformulação dos estudos teológicos, enquanto o seu irmão João Pereira Ramos de Azevedo Coutinho, nascido também no Brasil, teve uma acção fundamental na reforma dos estudos jurídicos. O primeiro está, de resto, a ser alvo de aprofundados estudos por parte do Professor Manuel Rodrigues, com base em preciosa documentação inédita existente no Arquivo da Universidade. Mormente conhece-se, através de fontes originais, a biblioteca do Reitor-Reformador, pelo que se poderá tirar conclusões importantes sobre a sua formação cultural.

Para além destes dois nomes há, porém, vários outros casos bem significativos de personalidades relevantes ligadas à vida da Universidade de proveniência brasileira ou que tiveram relações estreitas com o Brasil. Por isso, o nosso trabalho supõe também, obviamente, o levantamento da identificação dos lentes da Universidade, da sua origem e do papel por eles desempenhado, bem como do futuro profissional, cultural e político dos seus diplomados. Citemos, para já, como simples exemplos, os nomes do notável professor de Matemática José Monteiro da Rocha, que, apesar de ser natural de Portugal, foi para o Brasil ainda criança, tendo-se formado ali no Colégio dos Jesuítas da Baía, e de José Bonifácio de Andrade e

Silva, mesmo de naturalidade brasileira, de Santos, licenciado em Leis e doutor em Filosofia, que teve, como se sabe, uma vida científica e política a todos os títulos notável. Recorde-mos ainda, noutro aspecto, o nome do médico Francisco de Melo Franco, a quem se tem atribuído — como também a Andrade e Silva (e ainda a Ribeiro dos Santos) — a autoria do famoso poema de crítica à Universidade do fim do século XVIII, *O Reino da Estupidez*, estudado pelo Professor Luís Albuquerque e, mais recentemente, pela Professora Ofélia Paiva Monteiro, em artigo incluído no citado número da *Revista de História das Ideias* dedicado a Pombal. Ou ainda, noutro sentido, Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça, bacharel em Leis e Filosofia pela Universidade de Coimbra, redactor do jornal *Correio Brasiliense*, publicado em Londres de 1808 a 1822, que foi um dos mais significativos periódicos da emigração em luta contra a Regência e de preparação cultural do movimento liberalista.

A própria tentativa de reforma do sistema escolar — que fazia eco das mais avançadas concepções sobre o ensino, inclusivamente das experiências da Convenção Francesa — teve também como área de aplicação o Brasil. Referimo-nos ao famoso plano de Instrução Pública, preparado na Academia das Ciências por Francisco de Borja Garção, Stockler, a primeira grande experiência de alteração profunda do sistema escolar em terras portuguesas, que, depois de ter sido projectado para ser aplicado no Continente em 1799, sem, no entanto, lograr qualquer êxito, foi proposto em 1815 para ser implementado no Brasil, também sem nenhum sucesso. Curiosamente é o texto preparado por Stockler para o Brasil que foi por ele enviado às Cortes Constituintes portuguesas, ainda que, no campo político e militar, tivesse atacado o regime vintista. É esse o documento que fomos encontrar no Arquivo da Assembleia da República.

3. Foram simples exemplos que apresentei, por certo já conhecidos de todos. O meu objectivo não foi, de resto, revelar nada de novo, mas apenas interessar o auditório pelo nosso projecto de investigação, que diz tão directamente respeito à realidade brasileira. Congressos como este são, por isso, imprescindíveis para conhecermos as pesquisas que estão a decorrer nos dois países irmãos.

Igualmente outros projectos que se encontram em curso na Universidade de Coimbra e, nomeadamente, no Instituto de História e Teoria das Ideias, de que faço parte, no Instituto de História Económica e Social, no Instituto de História da Expansão e do Colonialismo e no Instituto de História da

Arte, interessam aos investigadores brasileiros, como a nós nos interessam as suas pesquisas. Espero, pois, que, finalmente, se abram as portas para que se dê a união dos nossos esforços. Para já o meu objectivo, com estas palavras, é pedir a vossa colaboração para este projecto sobre a Universidade de Coimbra. Creio que é um campo da maior importância no âmbito da história das ideias e das instituições culturais de Portugal e do Brasil.

Nota: Para além de várias promessas de colaboração por parte de investigadores presentes, ficou responsável pela ligação deste projecto ao Brasil o Professor Fernando Correia Dias.

Todas as informações sobre o tema poderão ser-lhe enviadas ou então para o seguinte endereço:

Projecto de Investigação «A Universidade de Coimbra, da Reforma Pombalina à Primeira República»

Instituto de História e Teoria das Ideias
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

3049 COIMBRA Codex
PORTUGAL

Luis Reis Torgal

EXPOSIÇÃO INDUSTRIAL DE COIMBRA EM 1884

A Exposição Industrial do Distrito de Coimbra, que nesta cidade teve lugar em 1884, foi rememorada no ano do seu centenário por iniciativa de um Secretariado composto por elementos do Movimento Artístico de Coimbra (MAC) e do Grupo de Arqueologia e Arte do Centro (GAAC). As comemorações decorreram entre 25 de Junho e 8 de Julho de 1984, a elas se associando a Escola Avelar Brotero, a Escola do Magistério Primário de Coimbra e o Museu Nacional Machado de Castro. Nestes centros de ensino e cultura estiveram patentes, no período mencionado, pequenas exposições de pintura e de artefactos, alguns deles executados pelos artistas e manufactureiros que se fizeram representar no certame de 1884. No Museu Machado de Castro apresentaram-se alguns quadros da autoria de António Augusto Gonçalves. Um memorial histórico referente à exposição oitocentista animou nos dias 30 de Junho e 1 de Julho de 1984 o «Edifício Chiado», em Coimbra. Nele se fizeram